

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte Acervista

Data 22/10/96 pg 13

Class. Uaimiri Atroari

490

## Paranapanema teme prejuízos em dez dias

Caso o acesso para o escoamento da produção de cassiterita continue interdito, vai faltar minério em São Paulo para produção de estanho

Euzivaldo Queiros

A empresa Paranapanema já admite que poderá ter prejuízos caso a estrada de acesso que corta a reserva dos índios uaimiris-atroaris não seja liberada dentro de dez dias para o escoamento da produção de cassiterita. Por enquanto a interdição da estrada vicinal que liga a Vila de Pitinga à rodovia BR-174 (Manaus-Boa Vista) ainda não afetou o trabalho de transformação da cassiterita em estanho, que é feito em São Paulo. É que, segundo a empresa, embora o transporte de cassiterita esteja suspenso 24 toneladas do minério encontram-se a caminho de São Paulo. Pelos cálculos do gerente da Mineração Taboca esse carregamento, mais o estoque do produto que em São Paulo são suficientes para garantir a produção. Pelo menos nos próximos trinta dias.

Dirigentes da Paranapanema, Denis Braz Gonçalves e Ricardo Dequesh, reuniram-se no final da manhã de ontem com o governador Amazonino Mendes, as portas fechadas. A mineradora tenta ir buscar o apoio do

**3** propostas feitas pela mineradora para liberação da estrada já foram rejeitadas pelos índios

governo do Estado para intermediar a negociação com os índios, mas essa versão não foi confirmada pelo secretário de comunicação, Ronaldo Tiradentes. Segundo ele, a reunião teria sido apenas "uma visita de cortesia". Já o gerente da Mineração Taboca (empresa do grupo Paranapanema), Aroldo Garcia, disse que no encontro com o governador foram tratadas questões relacionadas à construtora do grupo que prestou serviço ao Estado na pavimentação da BR-

174. Embora Dequesh seja diretor da divisão de estanho na empresa, Garcia desviou do assunto: "Mas ele também é diretor da construtora, que está sendo desativada".

A noite outra proposta da Paranapanema foi apresentada aos índios que estão acampados na estrada, a 300 km de Manaus no município de Presidente Figueiredo. Dessa vez foi oferecido o pagamento de R\$ 15 mil mais 0,5% da produção. Segundo o gerente do Programa Uaimiri-Atroari, Marcílio Cavalcante, os índios rejeitaram mais uma vez. O contato com o local foi feito através de rádio-fonia no posto da Fundação Nacional do Índio (Funai). Esta é a terceira proposta da Paranapanema rejeitada pelos índios nos últimos 15 dias.

Pitinga é a maior mina de cassiterita em exploração no mundo e o seu acesso está inviabilizado há quinze dias pelos índios, que exigem o pagamento de 0,5% da produção de cassiterita mais R\$ 40 mil fixos mensais para que a empresa continue passando pela reserva.



Os uaimiris-atroaris rejeitam nova proposta da Paranapanema e mantêm o bloqueio da estrada

## Mineradora usava posto da Funai

Os uaimiris-atroaris conseguiram retomar o que a Fundação Nacional do Índio (Funai) praticamente havia cedido para a mineradora Paranapanema: um posto de vigilância localizado no limite da reserva que estava servindo de portaria para a mineradora. Um patrimônio da União criado pela portaria 083 de 1987.

Marcílio Cavalcante, gerente do Programa Uaimiri-Atroari conta que há mais de oito anos a empresa "toma conta" dos postos da Funai. Há um posto à margem da BR-174 e outro no limite entre a reserva e a Vila de Pitinga, exa-

tamente nos dois extremos da estrada vicinal aberta pela empresa dentro da reserva indígena. "Houve um tempo que a segurança da empresa exigia até a carteira de identidade dos índios ao passar pelo posto, que está dentro da reserva", comenta Cavalcante.

Segundo o administrador da Funai, Benedito Rangel, apesar de ser um posto de vigilância para a parte leste da reserva, a Fundação não mantinha funcionários no local. Como não haviam aldeias próximas, nem mesmo os índios poderiam utilizar o posto para a vigilância. Desativado, es-

se também foi mais um dos motivos para que o posto fosse utilizado pela mineradora. "Agora a empresa terá que construir outra portaria fora dos limites da reserva", disse Rangel. O posto se destinava ao controle do tráfego de carros.

A estrada de uso particular aberta dentro da reserva indígena, ou seja em terras da União, está sendo questionada em uma ação no Supremo Tribunal Federal. A Justiça deu ganho de causa aos índios, mas a empresa recorreu da decisão e ação ainda não teve julgamento definitivo.